

PRÁTICAS DE LEITURA E DE ESCRITA DO GÊNERO CAUSO NO ENSINO FUNDAMENTAL

Jaíne de Sousa Barbosa

Universidade Federal de Campina Grande

Jainebarbosa_@hotmail.com

Kênio Oliveira Cabral

Universidade Federal de Campina Grande

Kenio.oliveira12@gmail.com

Jéssica Pereira Gonçalves

Universidade Federal de Campina Grande

Jessica.pgs2@hotmail.com

Orientador: Profº Dr Edmilson Luiz Rafael

Universidade Federal de Campina Grande

eluzrafael@gmail.com

INTRODUÇÃO

Esse trabalho é fruto de uma atividade realizada no âmbito da disciplina *Planejamento e avaliação*, no período 2013.2, na Universidade Federal de Campina Grande e tem como principal meta observar, através da observação de aulas em uma turma de ensino fundamental, como ocorrem as práticas de leitura e de escrita do gênero textual causo, assim como constatar se esse ensino que envolve tanto a leitura como a escrita esta de acordo com o as orientações do PNLD, além de expor como o documento propõe o planejamento e a avaliação através de produções textuais.

Para a realização da pesquisa fizemos a leitura e análise do PNLD norteada pelos objetivos e questionamentos elencados no presente trabalho, juntamente com o apoio dos referenciais teóricos escolhidos. Fundamentamos nossas explicitações utilizando como aportes teóricos o que Luckesi (2007) nos expõe sobre a avaliação da aprendizagem escolar em seus estudos e proposições; o que Barbeiro e Pereira (2007) apontam sobre o ensino da escrita, a dimensão textual e a complexidade existente no processo de produção de textos; as informações concedidas pelo Ministério da Educação (2014), através do PNLD; o que Menegolla e Sant'anna (2012) e Zabalala (1998) apontam sobre como e por que se deve planejar e como é possível observar a prática educativa; juntamente com o que Antunes (2003) nos informa sobre a aula de português e a possibilidade de encontro e interação nesse âmbito.

Dessa forma, após a explicitação, traremos como material de análise a observação da aula de produção de textos em uma turma do 8º ano de escola pública da cidade de Campina Grande. Com essa observação esperamos analisar se a professora da turma segue os direcionamentos que o PNLD propõe para o ensino desse conteúdo e quais as práticas de leitura e de escrita utilizadas por ela.

O PNLD E A PRODUÇÃO DE TEXTOS, O QUÊ NOS DIZEM OS TEÓRICOS?

Iniciaremos esse tópico abordando o que consiste o texto em si, levando em consideração a produção textual escrita; o que é necessário para a elaboração do texto e quais as etapas de produção. Após essa abordagem, exploraremos o que deve ser avaliado na produção e como se planeja o ensino desse conteúdo, para assim observarmos como a produção textual é abordada no PNLD.

A produção de um texto é uma atividade pela qual o indivíduo expõe ideias, argumentos acerca de um determinado tema. É um processo complexo que exige atividades em diferentes níveis, que variam da ativação de conhecimentos sobre o



assunto referido e sobre o gênero de texto, à decisão sobre a integração dos conteúdos, articulando-os com outros elementos de maneira que haja organização, elaboração e interação. A produção textual não é um mero acréscimo de ideias, mas um processo que requer atenção, exposição e estrutura e ela atua como um mecanismo de desenvolvimento do aprendizado do aluno, a partir do momento em que ele ativa suas competências comunicativas para a produção, e do professor, na medida em que ele interage com a desenvoltura dos educandos enquanto eles produzem e participam, em interação, do ambiente escolar.

Como afirma Antunes (2003, p. 54), a escrita “compreende etapas distintas e integradas de realização (planejamento, operação/textualização e revisão), as quais, por sua vez, implicam, da parte de quem escreve uma série de decisões”. Cada observação apontada pelo autor confirma o que afirmamos anteriormente sobre a produção textual: o fato de que para elaborá-la são necessárias etapas de produção. Só dessa forma o aluno poderá organizar seus pensamentos e ideias, planificá-los, escrever o texto propriamente dito, ou produzir o discurso, em caso de texto oral, e, sujeito às observações da professora e da turma, reescrever ou corrigir aquilo que estava incoerente. Todas essas etapas requerem planejamento por parte daquele que escreve.

Ciente de todas as etapas essenciais a essa produção, o professor não deverá negligenciar o planejamento de ensino dessa atividade, a não ser que esteja disposto a desqualificar o seu conhecimento acerca da estruturação de um texto. Isso porque para ensinar eficazmente a produção textual, seja na modalidade oral ou na escrita, não é necessário apenas conhecer-lhe a estruturação e os elementos linguísticos recorrentes que o constitui, assegurando-lhe ainda a coesão e a coerência, mas também o modo como esse conteúdo será ministrado.

É importante que esteja patente, ao que tem a responsabilidade de dirigir o processo de ensino-aprendizagem em sala de aula, que o planejamento está em toda e qualquer esfera de interação social e que para usufruir satisfatoriamente desse recurso é



necessário conhecer os seus fundamentos. Menegolla e Sant’Anna (2012, p. 150) traz a seguinte definição geral sobre o planejamento:

Planejar é prever o que se quer alcançar, com que elementos, com quais estratégias e para que, buscando uma resposta segura para ideias e ideais previstos, através de um questionamento global sobre a melhor maneira de concretizarmos o que pretendemos. Sendo aconselhável buscarmos as soluções alternativas em equipe, de forma integrada e inteirada... (MENEGOLLA; SANT’ANNA, 2012, p.150).

Essa definição afirma de modo claro que o ato de planejar não concerne a uma ação irrefletida, antes considera todos os envolvidos no processo de formação educacional. Ao mesmo tempo, evidencia-se a busca de um fim, propiciado por meios adequados. Como afirma Luckesi (2011, p. 125), “esse ato implica escolha”, isto é, não é viável usar todos os recursos e ensinar quaisquer conteúdos a qualquer momento a qualquer público.

Além disso, Menegolla & Sant’anna (2012, p.19) descrevem características intrínsecas a todo planejamento, as quais são: “conhecimento da realidade, das urgências, necessidades e tendências; definição de objetivos claros e significativos; determinação de meios e de recursos disponíveis; estabelecimento de critérios e de princípios de avaliação para o processo de planejamento e de execução; estabelecimento de prazos e etapas para a execução”.

Vejamos, agora, o que o PNLD traz como orientação para a produção textual, o que, sem dúvida, deverá ser utilizado para nortear o planejamento de ensino de produção textual do professor.

Eis as orientações acerca da produção escrita:

As propostas de produção escrita devem visar à formação do produtor de textos e, portanto, ao desenvolvimento da proficiência em escrita. Nesse sentido, não podem deixar de:

1. Considerar a escrita como uma prática socialmente situada, propondo ao aluno condições plausíveis de produção do texto;

2. Abordar a escrita como processo com o objetivo de ensinar explicitamente os procedimentos envolvidos no planejamento, na produção, na revisão e na reescrita dos textos;
3. Explorar a produção de gêneros ao mesmo tempo diversos e pertinentes para a consecução dos objetivos estabelecidos pelo nível de ensino visado;
4. Desenvolver as estratégias de produção relacionadas tanto ao gênero proposto quanto ao grau de proficiência que se pretende levar o aluno a atingir (PNLD, 2014, p.18).

Como foi apontado anteriormente, o ato da produção textual precisa ser planejado, assim como o seu ensino. Uma segunda etapa, realizada com o auxílio do planejamento consiste na avaliação dos alunos. O professor no momento da avaliação precisa considerar diversos aspectos que considerar pertinente para o ensino aprendizagem no que se refere à produção de textos orais e escritos. Barbeiro e Pereira ao tratar sobre a produção de textos escritos afirmam que

O desenvolvimento da escrita deve combinar a aquisição de competências específicas, a aplicar pelo aluno no momento da produção textual, com o acesso às funções desempenhadas pela diversidade de textos, no seio de uma comunidade. (BARBEIRO & PEREIRA, 2007, p.07)

Vemos, através da citação dos autores, que, para a produção de textos escritos, os alunos precisam desenvolver competências específicas que são exigidas no momento da escrita. Essas competências correspondem aos seguintes elementos: quem escreve, para quem escreve, com que objetivos, sobre o que escreve, que respostas pode obter. Fica claro então que apenas corrigir os erros gramaticais presentes nos textos dos alunos e ensiná-los a estrutura de um texto não são elementos suficientes e adequados para que o professor possa avaliar seu aluno. O texto precisa ser considerado e ensinado como um processo, que segue etapas determinadas e que deve responder as questões acima elencadas.

A desenvoltura da produção textual se dá, independente do gênero, no momento em que se escolhe o que deve ser trabalhado e compreende-se como se deve trabalhar o

tipo ou gênero de texto, só assim os conhecimentos serão articulados e resultarão na elaboração coletiva de um produto a ser compartilhado dentro e fora do ambiente escolar.

O Planejamento e a Avaliação são dois eixos primordiais no PNLD. A avaliação está presente no documento como um todo, uma vez que se trata de um material avaliatório. São estabelecidos critérios comuns e específicos para o ensino e aprendizagem dos quatro eixos destinados à língua portuguesa, análise linguística, leitura, escrita e oralidade e literatura. De acordo com os critérios comuns temos: o respeito à legislação, às diretrizes e às normas relativas ao ensino fundamental; observância de princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social entre outros.

Diante do que explicitamos acerca do planejamento, compreendemos que a escolha do livro didático é o primeiro passo para planejar uma aula. O PNLD avalia as obras e, dentre as analisadas, escolhe aquela que melhor se adequa às diretrizes oferecidas pelo documento. Sabemos que o livro é um projeto nacional, assim ele não pode contemplar todas as distinções existentes em sala de aula, dessa forma cabe ao professor saber adequar o conteúdo do livro à realidade de seus alunos, utilizando-o como um auxílio para o planejamento de suas aulas.

A seguir veremos como esse processo – de observar os direcionamentos dados pelo PNLD para aulas de Língua Portuguesa, adequar o LDP à realidade do aluno e realizar o planejamento e avaliação tendo a produção de textos como base para a desenvoltura das atividades – se deu na turma em questão.

AS PRÁTICAS DE LEITURA E DE ESCRITA DO GÊNERO CAUSO EM SALA DE AULA

O planejamento e a avaliação, como destacamos desde o início desse trabalho, funcionam para o professor como uma bússola, uma vez que serve para direcionar o ensino deste em sala de aula. Conforme mencionado anteriormente, nessa análise

observamos cinco aulas em uma turma de 8º ano de uma escola pública de ensino fundamental, na cidade de Campina Grande, Paraíba. Durante as aulas a professora ministrou o conteúdo acerca de produção textual e de leitura do gênero trabalhado, interligado às figuras de linguagem, para que os educandos pudessem se apropriar de elementos textuais que auxiliassem o momento da elaboração do texto propriamente dito.

O gênero textual abordado foi o causo e, de início, a educadora fez uma breve contextualização sobre o conteúdo e utilizou como estratégia a referência ao filme *O auto da Compadecida*, de Ariano Suassuna, para exemplificar a existência das figuras de linguagem no gênero e para promover o intertexto em sala.

Observamos que a professora apontou as variedades linguísticas existentes no filme e nos causos e levou os estudantes a participarem das discussões para que assim ocorresse a junção do conhecimento deles ao dela. Ambos discutiram tanto sobre as figuras de linguagem existentes, como sobre os causos, trazendo à escola informações que não estavam contidas no livro didático, mas que, com certeza, possibilitaram que a aula se tornasse mais atrativa.

De forma processual e gradativa, os alunos trabalharam com a leitura e percepção do gênero, a resolução de atividades sobre ele e puderam retextualizar o texto lido durante as aulas, utilizando os conhecimentos apreendidos durante as aulas. Essa atividade foi um incentivo à criatividade, porque promoveu a relação entre os assuntos que foram estudados nas aulas anteriores juntamente com o conhecimento que eles já possuíam sobre o conteúdo estudado.

Percebemos que a professora compreende o texto enquanto um processo e transmite isso para os alunos seguindo as orientações do livro didático. É feita a leitura das etapas de produção textual contidas no livro e a explicação de como proceder em cada um dos momentos de elaboração. A docente aponta os critérios de avaliação que



utilizará para corrigir. Dessa forma, vemos que ela segue as orientações apresentadas no PNLD para o ensino aprendizagem de produção textual escrita:

As propostas de produção escrita devem visar à formação do produtor de textos e, portanto, ao desenvolvimento da proficiência em escrita. Nesse sentido, não podem deixar de *abordar a escrita como processo* com o objetivo de ensinar explicitamente os procedimentos envolvidos no planejamento, na produção, na revisão e na reescrita dos textos. (PNLD, 2014, p. 18)

Observamos também que a professora trabalha com a oralidade, uma vez que o caso, embora possa ser escrito, tem sua origem e transmissão através da produção oral. Esse fato é destacado em sala e a professora direciona seus alunos a contarem os casos por eles criados, trabalhando assim com uma prática de leitura. Essa postura é a recomendada pelos documentos oficiais que destacam a importância de se trabalhar em sala com diversos gêneros, tanto orais como escritos.

No que diz respeito ao planejamento e avaliação, tivemos algumas percepções ao analisar as aulas da professora. Antes de mencioná-las voltemos nosso olhar para o que nos afirma Luckesi(2011):

Planejamento e avaliação são atos que estão a serviço da construção de resultados satisfatórios. Enquanto o planejamento traça previamente os caminhos, a avaliação subsidia os redirecionamentos que venham a se fazer necessários no percurso da ação (LUCKESI, 2011, p. 184).

Segundo a professora em questão, embora não siga um plano de aula já preestabelecido, o planejamento para a ministração das aulas ocorre à medida que se percebe as necessidades que a turma apresenta. Dessa forma, mesmo que não traga para a aula um roteiro planejado, é seguida uma ordem na integração dos conteúdos, de modo que as diretrizes oferecidas pelo PNLD são parcialmente seguidas, uma vez que a docente busca trabalhar a produção oral e escrita; relacionar os conteúdos abordados em sala junto aos dos alunos e, dessa forma, estabelecer os critérios de avaliação, que variam da leitura interação e percepção à produção propriamente, com a atividade de revisão, correção daquilo que precisa ser melhorado e a reescrita. No entanto, um fator

importante é percebido. Embora trabalhe com a oralidade em sala de aula, ao avaliar os alunos a professora leva em consideração apenas o texto escrito.

Se elencarmos os critérios que o PNLD oferece e o modo pelo qual a professora ministra o conteúdo, poderemos observar que em diversas instâncias há a relação ao que é proposto e cumprido no ambiente escolar. No entanto, pela realidade da escola, da sala de aula e dos alunos, nem sempre os critérios podem ser cumpridos. É perceptível que a docente adequa as orientações à realidade da turma. Ela opta por observar a produção textual como processo, cumprir as etapas de elaboração e avaliar esse processo de forma a levar em consideração o momento de construção, revisão e reescrita dos textos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino de produção textual, como se pôde verificar no PNLD e, semelhantemente, nas afirmações de teóricos educacionais referidas neste artigo, é compreendido como um processo cuja finalidade não consiste em mera exposição de estruturas de textos e de sinais gráficos que podem codificar ideias e informações, mas em propiciar o uso adequado desses elementos linguístico-textuais nas variadas instâncias a que os alunos poderão intervir, quer seja dentro, quer seja fora da escola.

Para tanto, faz-se necessário que, nesse ensino, os professores considerem a diversidade linguística e textual tanto na modalidade oral quanto na escrita, visando, imprescindivelmente, a proficiência dos alunos. E para que esse objetivo seja alcançado, não se deverá por de lado um ensino contextualizado cujo conteúdo seja relevante, significativo para os educandos, de modo que lhes desperte o interesse por apreendê-lo. Os objetivos e critérios de avaliação também devem ser explicitados pelos docentes. Estes deverão, ainda, ser flexíveis em seus planos, refazendo-os de acordo com as necessidades identificadas no decorrer das aulas.

Contudo, constatamos que já se busca praticar um ensino, ainda que com patentes necessidades de melhorias, que siga as orientações do documento oficial em apreço. Desse modo, concernente ao objeto em questão (o ensino de produção textual), os critérios de planejamento e avaliação do PNLD a esse respeito tem sido consideravelmente seguidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Irandé. *Aula de Português: Encontro e interação*. Parábola Editorial. São Paulo, 2003.

BARBEIRO, Filipe e PEREIRA, Luísa Álvares. *Complexidade do processo da escrita*. In: O ensino da escrita: a dimensão textual. 1ª edição. Ministério da Educação – Direção Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular. Lisboa. 2007.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. -22.ed. –São Paulo: Cortez, 2011

MENEGOLLA, Maximiliano; SANT'ANNA, Ilza Martins. *Por que planejar? Como planejar? : currículo, área, aula*. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *PNLD*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=66&id=12391&option=com_content&view=article> Acesso em 03/mar/2014.

ZABALA, Antoni. *A prática educativa: como ensinar*. Porto Alegre: Artmed, 1998.